

OPINIÃO

Na hora de votar, você leva em conta as pesquisas de opinião de intenção de voto?

FOTOS: ANA PAULA NOGUEIRA



Ivanor Müller, 48 anos, professor do Departamento de Estatística.

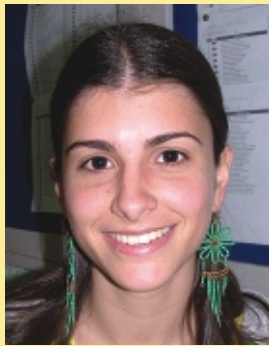
“Pessoalmente, eu levo em conta a trajetória dos candidatos e não o resultado das pesquisas. Esse mecanismo precisa ter um rigor metodológico muito grande, pois embora a gente saiba que essas pesquisas de intenção de voto realizadas

antes das eleições sejam proibidas, muitas ainda continuam sendo feitas por vários institutos de pesquisa. As pesquisas necessitam de uma análise mais global, tem que se ter o cuidado de abranger o maior número de pessoas possíveis. Como sabemos que (essas pesquisas) não têm acesso a toda a população, o que se procura fazer são pesquisas dentro de um grupo menor, que é chamado de amostra, aonde cuidando o aspecto da grande variabilidade da população, dessa heterogeneidade, é preciso também cuidar para que a amostra seja realmente representativa. Outros fatores que devem ser levados em consideração na hora de definir a composição dessas amostras é o nível sócio-econômico das pessoas envolvidas, o grau de escolaridade, o sexo e também a faixa etária, porque nas pesquisas se leva em conta todas às pessoas aptas a votar, ou seja, a partir dos 16 anos. É um procedimento que requer muito cuidado”.

Celina Ceolin, 20 anos, acadêmica do curso de Física.

“Eu não levo em conta o resultado das pesquisas porque o que conta para mim é a minha opinião e o que os candidatos representam. No primeiro turno votei em um candidato que ficou em quarto lugar, mas isso não importa para mim, o que tem relevância é a pessoa dele.

Além do que, com essas últimas pesquisas que foram divulgadas, não dá mais para acreditar, não têm tanta credibilidade como tinha. Antes, eu até acreditava porque geralmente dava certo, mas quando começa a dar errado, a gente começa a duvidar”.



Marilene Chaves, 43 anos, Assistente em Administração da UFSM.

“Na hora de votar eu analiso primeiro o candidato, não vou pela pesquisa de opinião. Se eu defino que vou votar numa pessoa, ela pode estar lá embaixo nas pesquisas, mas se eu achar que é um bom candidato, é nele que eu vou

votar, independente da pesquisa. Eu acredito na validade das pesquisas, mas depende do instituto”.



A polêmica da formação a distância

A formação de professores, atribuição anteriormente exclusiva dos governos estaduais e municipais, passará a ter suporte do governo federal. No dia 11 de outubro, o presidente Lula lançou um conjunto de medidas na área da educação voltada especialmente para o fortalecimento da formação de professores por meio de programas de educação a distância. A participação do governo federal na qualificação de docentes, possível graças à alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), será feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), responsável pela pós-graduação em todo o País.

Ficará a cargo da Capes a operação do programa Universidade Aberta, que articula a realização de cursos de diversas instituições federais de ensino a distância, sobretudo para professores da educação básica (antigos 1º e 2º graus) que ainda não têm diploma de ensino superior. Esta tem sido uma das grandes preocupações do governo federal, já que o Plano Nacional de Educação previa a conclusão da educação superior, por parte de todos os docentes da 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio até o final deste ano. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais, cerca de 10% dos aproximados dois milhões de docentes da rede pública estão nesta situação. A ação

governamental tem recebido elogios de alguns e críticas de outros.

RESPONSABILIDADE- “O governo está chamando para si parte da responsabilidade sobre a formação de professores”, diz Paulo Speller, reitor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Ensino Superior (Andifes). Não pensa da mesma forma o diretor do ANDES-SN, José Vitório Zago. Ele afirma que o sindicato tem discordâncias com a concepção do Universidade Aberta. “Nós

achamos absurdo que o formador do ensino básico seja formado a distância. O futuro professor, ao invés de ter contato com o seu professor e seus colegas, vai ter contato com a máquina”, critica. Já o secretário de Educação a Distância do MEC, Ronaldo Mota, professor licenciado da UFSM, defende a opção adotada pelo governo afirmando ser um método já testado em outros países e com bons resultados já comprovados. “Os estudantes no modelo que adotamos têm interação permanente com tutores nos momentos presenciais e a distância e a presença permanente do professor responsável pela disciplina. Comparados com professores formados no modo normal, eles têm mostrado desempenho superior”, defende. (*Ler mais a respeito em ponto & contraponto, págs. 04 e 05*)

“Governo chamou responsabilidade para si”.
(Paulo Speller, reitor da UFMT)

Mota defende, Zago critica

Para Ronaldo Mota, ao contrário da posição defendida pelo ANDES-SN, o modelo do Universidade Aberta qualifica a formação dos professores, pois os coloca em contato com novas tecnologias, o que pode ser usado por estes professores na sua atividade pedagógica. Pensando por essa ótica, outra medida no pacote anunciado pelo governo federal foi a compra de 75 mil computadores e 7,5 mil impressoras para fortalecer o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo). Serão entregues às escolas também 76 mil kits com 50 DVDs contendo conteúdos da TV Escola, sistema de apoio pedagógico por meio da mídia televisiva.

Entretanto, na opinião de José Zago, do sindicato docente, o governo busca acelerar a formação para “embelezar estatísticas, sem preocupação com a qualidade”. O professor e diretor do ANDES-SN cita a contradição entre os mais de R\$ 180 bilhões gastos em juros da dívida pública brasileira e os investimentos insuficientes para que os quase 200 mil professores da educação básica sem diploma tenham vagas nos cursos superiores nas universidades públicas. Para o representante do Sindicato Nacional dos Docentes, há um movimento contrário cujo maior exemplo é a Desvinculação dos Recursos da União (DRU), que retira 20% dos 18% da arrecadação de impostos que a União tem de destinar à educação por conta de obrigação constitucional. (Fonte: www.andes.org.br)



Mota: qualificação de professores

Arquivo/SEDUFMS